



Pino Estrada: O princípio islâmico do Kafala

02/06/2023

Este artigo é uma tentativa de identificar as continuidades e discontinuidades entre a noção religiosa islâmica e a prática de kafala (kafāla) e sua aplicação contemporânea em relação aos estados do Golfo Pérsico, onde foi legislado e praticado com mais destaque.

Embora muita pesquisa tenha sido realizada, principalmente crítica do kafala como um sistema de opressão e exploração do trabalho migrante, no Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo (GCC) [1], parece haver um consenso de que não há relação alguma entre o conceito islâmico tradicional de kafala e sua aplicação atual. Em outras palavras, argumenta-se que não há evidências de uma "genealogia" que ligue a jurisprudência islâmica da kafala às suas formas contemporâneas

Sobre o termo "kafāla", existe um amplo escopo semântico em árabe. Sua raiz, kāf — fā' — lām (ك ف ل), significa alimentar, apoiar, atestar ou garantir; portanto, "kafala" refere-se a fiança, fiança, segurança ou patrocínio.

De acordo com o dicionário árabe do século 19 de Lane, kafala significava *"responsabilidade; responsabilidade; receptividade; ou fiança; a união de responsabilidade a outro"*. Da mesma forma, o kafil é *"aquele que é responsável, responsável, modificável, ou um patrocinador ou fiador"*.

Na tradição islâmica, Kafala é um conceito significativo que tem suas dimensões social, moral e empresarial. Na lei de família islâmica, "kafala" refere-se a um acordo formal para fornecer apoio temporário a uma criança órfã até a idade adulta. Tal apoio não confere direitos de herança e é melhor entendido como uma forma de tutela legal, em vez de adoção[2].

O sistema kafala, ou patrocínio, define a relação entre trabalhadores estrangeiros e seu patrocinador local, ou kafeel, que geralmente é o empregador. Tem sido usado nos países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), que fazem parte os países do Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, bem como na Jordânia e no Líbano. Tanto o Bahrein quanto o Catar afirmam ter abolido o sistema, embora os críticos digam que as reformas são mal aplicadas e não equivalem à abolição.

De acordo com esse sistema, o estado concede permissões de patrocínio a indivíduos ou empresas locais para empregar trabalhadores estrangeiros (exceto no Bahrein, onde os trabalhadores são patrocinados por uma agência governamental e não por empregadores individuais). O patrocinador cobre as despesas de viagem e fornece moradia, muitas vezes em acomodações do tipo dormitório ou, no caso de trabalhadores domésticos, na casa do patrocinador. Em vez de contratar um indivíduo diretamente, os patrocinadores às vezes usam agências privadas de países de origem para encontrar trabalhadores e facilitar sua entrada no país anfitrião.

Reprodução



Trabalhadores estrangeiros na Arábia Saudita
Reprodução

O sistema geralmente fica sob a jurisdição dos ministérios do interior, e não dos ministérios do trabalho, de modo que os trabalhadores geralmente não têm proteção sob a legislação trabalhista do país anfitrião. Isso os deixa vulneráveis à exploração e nega-lhes direitos como a capacidade de entrar em um processo de disputa trabalhista ou filiar-se a um sindicato. Além disso, como os vistos de trabalho e residência dos trabalhadores estão vinculados e apenas os patrocinadores podem renová-los ou cancelá-los, o sistema concede aos cidadãos privados — e não ao Estado — o controle sobre a situação legal dos trabalhadores, criando um desequilíbrio de poder que os patrocinadores podem explorar.

Na maioria das situações, os trabalhadores precisam da permissão de seu patrocinador para transferir empregos, encerrar o emprego e entrar ou sair do país anfitrião. Deixar o local de trabalho sem permissão é uma ofensa que resulta na rescisão do status legal do trabalhador e potencialmente na prisão ou deportação, mesmo que o trabalhador esteja fugindo de abuso. Os trabalhadores têm poucos recursos diante da exploração, e muitos especialistas argumentam que o sistema facilita a escravidão moderna [3].

Origens

A palavra "kafala" remonta à jurisprudência islâmica sobre tutela legal e outros assuntos. O sistema moderno surgiu nos estados do Golfo Pérsico para regulamentar o tratamento de trabalhadores estrangeiros na indústria de pérolas e outras atividades comerciais a partir do início do século 20.

O sistema se expandiu na década de 1950, quando os novos países ricos em petróleo do Golfo buscaram trabalhadores estrangeiros para trabalhar em projetos de infraestrutura de grande escala. Dadas suas populações relativamente pequenas, eles precisavam de trabalhadores temporários adicionais que pudessem vir durante os períodos de crescimento acelerado e voltar para casa quando a economia enfraquecesse. Proteger as empresas locais é uma prioridade nos países do Golfo Pérsico, onde os expatriados às vezes formam a maioria da população. Mas o sistema também pretendia oferecer aos trabalhadores a tão necessária proteção.

"Eles traziam trabalhadores do exterior que não falavam o idioma, que não conheciam as sensibilidades culturais, que vinham sem uma rede de apoio social", disse Houtan Homayounpour, ex-chefe do escritório da Organização Internacional do Trabalho no Catar (OIT), uma agência da ONU. "O patrocinador deveria cuidar deles, garantir sua segurança, garantir seu bem-estar. E com o tempo, por causa de várias mudanças na legislação, isso se tornou um desequilíbrio de poder entre trabalhadores e empregadores e acabou abrindo os trabalhadores para o abuso".

Inicialmente, o sistema favoreceu principalmente os trabalhadores árabes de países vizinhos, como o Egito. Mas após o boom do petróleo na década de 1970, a preferência se voltou para os trabalhadores não árabes, especialmente os do sul da Ásia, devido ao desejo de mão de obra mais barata e ao temor de que os expatriados árabes espalhassem uma ideologia "pan — árabe" que poderia minar as monarquias do Golfo. Eles superaram os trabalhadores árabes após a primeira Guerra do Golfo, quando cerca de dois milhões de egípcios, palestinos e iemenitas foram expulsos da região devido ao apoio de seus governos à invasão iraquiana do Kuwait.

O sistema produziu grandes mudanças demográficas: a população da região do Golfo aumentou dez vezes em cinquenta anos, e os estrangeiros agora superam os locais em todos os estados do GCC, exceto na Arábia Saudita. A queda do preço do petróleo em 2014 e as medidas de austeridade resultantes nos estados do GCC levaram os governos a priorizar os trabalhadores locais, muitos dos quais perderam seus empregos e começaram a se ressentir dos trabalhadores migrantes, disse Robert Mogielnicki, um estudioso residente sênior do Arab Gulf States Institute em Washington (AGSIW).

Vários países anfitriões adotaram políticas para atrair os locais para o setor privado e combater o desemprego juvenil, como cotas de contratação e aumentos do salário mínimo. Os estados também começaram a encorajar os trabalhadores estrangeiros a voltar para casa — especialmente porque os empregadores têm lutado para pagá-los em meio à crise econômica causada pela pandemia do Covid-19, pagando passagens e dispensando multas por sair.

Quem são esses trabalhadores?

O sistema se aplica a quase todos os estrangeiros que trabalham em um país anfitrião kafala, abrangendo todas as nacionalidades, classes econômicas e profissões. Atualmente, a maioria desses trabalhadores vem da África e do sul da Ásia. Frequentemente aceitam empregos que os nacionais consideram indesejáveis por razões financeiras ou culturais, como construção, trabalho doméstico ou em indústrias de serviços.

Eles também ganham menos que os locais. Na Jordânia, por exemplo, o salário mínimo para trabalhadores estrangeiros é de US\$ 350 mensais, enquanto os nacionais ganham pelo menos US\$ 367. Trabalhadores de colarinho branco e de países ocidentais geralmente recebem tratamento melhor. De acordo com dados do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais da ONU, havia 36 milhões de migrantes internacionais nos países do GCC, Jordânia e Líbano em 2020, quase metade da população total combinada desses países.

Quais os riscos que os trabalhadores enfrentam?

Os críticos chamaram o sistema de "escravidão moderna", dizendo que os maus-tratos surgem do desequilíbrio de poder patrocinador-trabalhador e da impunidade legal dos patrocinadores. Além disso, o Oriente Médio fica atrás de outras regiões na ratificação de acordos internacionais que protegem os trabalhadores.

Por exemplo, nenhum país anfitrião ratificou a Convenção dos Trabalhadores Domésticos da OIT, que compromete os signatários a estabelecer um salário mínimo, eliminar o trabalho forçado e garantir condições dignas de trabalho, entre outras proteções. Mesmo onde as leis protegem os trabalhadores, muitas vezes são mal aplicadas, disse Ryszard Cholewinski, especialista sênior em migração da OIT para os países árabes.

Como resultado, os trabalhadores enfrentam inúmeros abusos sob o sistema kafala. Esses incluem:

- a) Movimento e comunicações restritos. Os empregadores confiscam regularmente passaportes, vistos e telefones e confinam os trabalhadores domésticos em suas casas. Os trabalhadores não domésticos costumam viver em dormitórios superlotados, o que os coloca em maior risco de contrair doenças como o Covid-19. Muitos carecem de cuidados de saúde adequados.
- b) Servidão por dívida. Embora a maioria dos países de acolhimento exija que os empregadores paguem taxas de recrutamento, estas são muitas vezes repassadas aos trabalhadores, que contraem empréstimos para pagá-los ou ficam endividados com o recrutador. Os empregadores às vezes reduzem ou retêm os salários dos trabalhadores, ostensivamente para pagar os recrutadores, mas às vezes como punição.
- c) Trabalho forçado. Especialistas dizem que trapaça ou coerção por recrutadores ao recrutar trabalhadores pode equivaler a trabalho forçado. A substituição de contratos é uma tática comum na qual os trabalhadores involuntariamente aceitam salários e condições de trabalho ruins assinando vários contratos, alguns em idiomas que eles não entendem.
- d) Negociação de vistos. Os patrocinadores às vezes vendem ilegalmente o visto de um trabalhador para outro empregador enquanto permanecem como patrocinadores oficiais. O novo empregador pode não cumprir as mesmas condições do anterior, exigindo diferentes tipos de trabalho ou oferecendo salários mais baixos.
- e) Situação de residência irregular. Os trabalhadores dependem de patrocinadores para permanecer no país legalmente porque os patrocinadores podem invalidar seu status por qualquer motivo.

Como raça e gênero jogam nisso?

O racismo geralmente aumenta o tratamento desumano de trabalhadores africanos e sul-asiáticos de pele mais escura. Um relatório da ONU de 2020 sobre racismo no Qatar descobriu que trabalhadores estrangeiros de todos os níveis de renda relataram que seus salários dependiam de seus países de origem e que *"apesar de possuírem diplomas profissionais, alguns trabalhadores migrantes relataram ter sido relegados a empregos de baixa renda na maioria das vezes. comumente ligados e ocupados por trabalhadores de seu grupo racial ou étnico"*.

A discriminação baseada em gênero também é desenfreada. As trabalhadoras domésticas, geralmente mulheres, são as que mais sofrem abusos, incluindo violência sexual. Mas as vítimas muitas vezes optam por não denunciar, com medo de incomodar seus patrocinadores ou até mesmo serem acusadas de um crime. Alguns países, como Kuwait e Catar, prenderam trabalhadoras por sexo extraconjugal, mesmo em casos de estupro. Os abusos de gênero do sistema kafala são especialmente preocupantes, visto que em alguns países, como o Líbano, as mulheres compõem a maioria dos trabalhadores kafala.

Quem lucra com o sistema kafala?

Apesar do potencial de exploração, os trabalhadores aceitam empregos nos países anfitriões kafala porque eles oferecem salários mais altos do que os empregos em seus países de origem. Muitos trabalhadores então enviam remessas para casa, o que o Banco Mundial observa que pode ajudar a aliviar a pobreza em países de baixa e média renda. Em 2019, Kuwait, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos estavam entre as dez principais fontes de remessas do mundo. Os defensores dizem que facilitar a entrada legal e fácil na região torna os migrantes menos vulneráveis ao tráfico humano. Os oponentes dizem que esses caminhos legais ainda precisam de maiores proteções para os trabalhadores [4].

[1] *Secretariat General of the Gulf Cooperation Council*. Disponível em: <https://www.gcc-sg.org/en-us/Pages/default.aspx> Acesso em 24 mai. 2023.

[2] Frantz, Elizabeth. *Exporting subservience: Sri Lankan women's migration for domestic work in Jordan*. PhD thesis, London School of Economics and Political Science. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/3990/> Acesso em 20 mai. 2023.

[3] HASSAN, Said Fares e JUREIDINI, Ray. *The Islamic Principle of Kafala as Applied to Migrant Workers: Traditional Continuity and Reform*. Disponível em: <https://brill.com/display/book/edcoll/9789004417342/BP000006.xml?body=pdf-60830> Acesso em 21 abr. 2023.

[4] ROBINSON, Kali. *What Is the Kafala System?*. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/what-kafala-system#:~:text=The%20kafala%2C%20or%20sponsorship%2C%20system%20defines%20the%20rela>. Acesso em 20 abr. 2023.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2023-jun-02/pino-estrada-principio-islamico-kafala/>